

A ARTE “CIVILIZADA” DE GRACILIANO RAMOS: UMA CONSTRUÇÃO DA CRÍTICA LITERÁRIA BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 30 E 60 (SÉCULO XX)

Cristina de Toledo Romano*

Resumo: Este artigo examina o comportamento da crítica literária em relação à obra de Graciliano Ramos, entre as décadas de 30 e 60 do século XX, procurando exemplificar a persistência da mentalidade preconceituosa da intelectualidade brasileira quanto às possibilidades do desenvolvimento de um pensamento científico e “positivo” no país. A análise dos escritos de um segmento que se dedicou a discutir os elementos peculiares à cultura brasileira em concomitância com a análise dos trabalhos da crítica, permite compreender a constituição da imagem que se cunhou acerca do romancista neste período.

Abstract: This article examines the conduct of the review from 1930s to 1960s concerning the work of Graciliano Ramos, intending to exemplify the persistence of the Brazilian intelligentsia’s prejudicial mentality about the possibility of the development of a scientific and “positive” thinking in its country. The analysis of a segment’s writings that discussed the peculiar elements to Brazilian culture concur with the analysis of the work’s review permits understanding the constitution of the novelist’s image in this period.

Palavras-chave: Graciliano Ramos; crítica literária; cultura brasileira; discurso do “atraso”

Key-words: Graciliano Ramos; literary review; Brazilian culture; discourse about the “delay”

A intelectualidade no Brasil, a partir do século XIX, viu-se forçada a enfrentar as questões relativas às teorias raciais desenvolvidas na Europa. Sobretudo, após a independência política, essa intelectualidade se encontrou diante do problema da construção da nova nação, e, com isso, passou a se debater com a ambivalência

* Universidade de São Paulo, e-mail: ctromano@uol.com.br

do discurso dividido entre a idealização e a desilusão em face dos homens do Novo Mundo.

Os motivos que levaram à visão negativa diante da sociedade recém-independente referiam-se exclusivamente aos conceitos racistas que condenavam a mistura de etnias, com a alegação de que a mesma configuraria uma degeneração humana.

No Brasil, a discussão que se passou a fazer nas instituições voltadas para a construção da nação tendeu a adotar aspectos similares aos desenvolvidos por aquelas teorias estrangeiras, com uma originalidade: a crença na evolução de uma sociedade já longamente miscigenada. Os homens de ciência da época assumiram a inferioridade do povo brasileiro, porém, empenharam-se em refletir sobre a necessidade de superação da mesma para o desenvolvimento da nação.¹

O desejo de construir o futuro, nesta época, levou à aceitação e à fixação do discurso que concebe um “atraso” na cultura brasileira e, que este estudo propõe analisar através dos escritos de Alberto Torres, Paulo Prado, Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda e Arthur Ramos, da primeira metade do século XX.

Apesar de alguns desses pensadores se negarem a atribuir o suposto atraso, às questões de ordem racial, abdicando da visão que considerou maléfico o cruzamento das raças no país, explanaram uma postura que transferiu o diagnóstico negativo para aspectos decorrentes da miscigenação de ordem cultural.

A análise desses escritos, feita em concomitância com a análise dos discursos da crítica literária sobre a obra de Graciliano Ramos, entre as décadas de 30 e 60, vem demonstrar como estes últimos vão constituindo uma resposta àqueles e, assim, enaltecendo a figura do autor enquanto um intelecto que teria escapado dessa condição de atraso.

Assim, se esclarecerá como tal situação foi perfazendo um discurso muito específico em relação ao ficcionista, conferindo à sua literatura uma responsabilidade que ultrapassa seus próprios limites.

Alberto Torres (1914) julgou “crítica” a situação do Brasil em vários aspectos, em sua época, atribuindo-a, principalmente, a problemas decorrentes do longínquo pro-

¹ Lilia Moritz Schwarcz (1993) discorreu sobre tal situação ao analisar os museus etnográficos, os institutos históricos e geográficos e as faculdades de direito e medicina do Brasil entre 1870 e 1930, e constatou que, de acordo com cada especialidade, imputavam-se as responsabilidades de pensar respectivamente sobre uma solução para o branqueamento da raça, a composição de uma história nacional para o país, a elaboração de um código unificado e sobre a cura para as enfermidades (loucura, criminalidade, degeneração) ligadas ao cruzamento racial.

cesso colonizatório tais como às dificuldades de adaptação dos colonizadores portugueses na terra conquistada. Negou-se, assim, a avaliar tal situação por critérios que nos imprimissem uma inferioridade étnica, insistindo na possibilidade de modificação da mesma. No entanto, reconheceu uma peculiaridade na vida brasileira que, no decorrer de seus escritos, vai-se configurando em um empecilho à evolução por ele almejada: “O espírito brasileiro é ainda um espírito romântico e contemplativo, ingênuo e simples (...), não possuímos nem economia, nem opinião, nem consciência dos nossos interesses práticos, nem juízo sobre as coisas mais simples da vida social” (TORRES, 1914, p.15).

Em todas as instâncias da vida social imperaria desordem, pois essa “simplicidade” que, de acordo com ele, acomete o espírito do brasileiro o impediria e de pensar e de agir: “Nosso país está hoje transformado em vasto cenário onde se agita um povo que não sabe caminhar (...). Não temos opinião e não temos direção mental” (TORRES, 1914, p.16).

Toda a nossa cultura estaria eivada por esse sentimento que nos encaminha para o superficial e o vago:

Na cultura, a decadência da sociedade nacional é evidente. (...) a nossa ilustração “é hoje vaga, fluída, sem assento, não a dominando nenhum interesse por habilitar os espíritos a formar juízos e a inspirar atos. No nível geral da sociedade, e com respeito às formas superiores do espírito, o diletantismo, a superficialidade, a dialética, o floreio da linguagem, o gosto por frases ornamentais, por conceitos consagrados pela notoriedade ou pelo único prestígio da autoridade, substituiu a ambição de formar a consciência mental para dirigir a conduta (...) atingir a verdade, ser capaz de uma solução, formar a mente e o caráter para resolver e para agir, são coisas alheias a nossos estímulos (TORRES, 1914, p.16).

O povo brasileiro, nesta concepção, teve ainda dificultada a sua evolução mental por aquela que teria sido a sua “tutora mental”: a França. O romantismo que fora daí transplantado, no século XIX, carregava a “angústia e as dúvidas” de um povo “desordenado pela ruína de instituições seculares e indeciso na escolha de novas formas”. Ou seja, repetíamos a instabilidade emocional dos franceses que, então, viviam em meio a um processo de turbulências, permeado por constantes sublevações sociais; afastando-nos, inclusive, de nossa própria realidade.

Torres expõe, assim, um pessimismo, já que a influência francesa teria vindo se contrapor a um momento em que:

(...) recebíamos de Portugal a literatura romântica da primeira fase, e, renovando o impulso de autonomia intelectual, iniciado nos tempos da colônia, tentávamos, com Joaquim Manoel de Macedo, Bernardo Guimarães Junior, José de Alencar, e

depois com Machado de Assis, refletir a própria imagem e a emoção da nossa terra e das nossas almas nas obras literárias (TORRES, 1914, p. 16).

A superação deste quadro negativo e considerado bastante natural em se tratando de uma sociedade que fora vítima do processo de colonização, implicava na necessidade de uma intervenção artificial para a constituição de uma nação, de fato. Seria necessário, portanto, “formar uma consciência nacional”.² E, ter consciência significava ter a capacidade de formar juízos concretos (sobre as coisas), abstratos (sobre as idéias) e morais (sobre os sentimentos).

Advém daí que os sentimentos precisariam ser esclarecidos para que se formassem juízos morais sobre eles e, a língua constituiria elemento importante para a aquisição destes objetivos, constituindo-se num “serviçal”. O domínio sobre ela se fazia fundamental, já que do contrário, poderia atuar como um “traidor do espírito e do coração”, pois “as formas exageradas de expressão dos impulsos morais defraudam sentimentos verdadeiros, que se tornam figuras acanhadas e constringidas, nas roupas de suas imagens retóricas” (TORRES, 1914, p. 33).

Conclui-se que, para suplantar a imoralidade vigente entre o povo brasileiro, seria primordial despir a língua de seus maneirismos, para que os sentimentos se tornassem evidentes e claros, e, sobretudo, passíveis de se transformarem em um arcabouço moral para a nação. Na constituição artificial de nossa nacionalidade, à literatura caberia uma responsabilidade de suma importância: a tradução dos verdadeiros sentimentos do homem brasileiro.

Ao analisar-se os discursos da crítica literária, torna-se explícito o papel atribuído a Graciliano Ramos quanto à responsabilidade exposta anteriormente. Dalcídio Jurandir (1935), ao elogiar a literatura do autor, afirmava que a mesma “tem a ligação mais direta com o mundo, sem densas complicações psicológicas”.

Na tarefa de deixar fluir os sentimentos verdadeiros de forma responsável, o escritor alagoano continuou sendo digno de inúmeros comentários. Nelson Werneck Sodré (1953) pagou seu tributo ao autor, afirmando que “nele não existia o quadro dos que produzem de jato, atirando ao papel as suas idéias, possuídos do demônio da criação, deixando tudo o mais à parte, e pouco preocupados com a forma que tomavam aquelas

² Segundo Nicolau Sevckenko (1983), a comparação com a situação dos Estados norte-americanos e europeus na época, levou a intelectualidade brasileira, nas duas primeiras décadas do século XX, à conclusão de que o Brasil não possuía uma nação propriamente. Tratava-se, portanto, de construí-la.

idéias, uma vez transformadas em palavras” (SODRÉ, 1953).

É importante notar que Graciliano Ramos vai assumindo nos discursos críticos um papel moralizador. A responsabilidade nele exaltada passou menos a dizer respeito à palavra do que à conquista da verdade.

E, justamente, sobre as dificuldades da aquisição das “verdades” no Brasil discorreram aqueles que, preocupados com a constituição de valores nacionais, explicaram o “atraso” desse processo, buscando uma vocação no povo brasileiro.

Paulo Prado (1928), tanto quanto Alberto Torres, julgou excessivamente maléficas para o Brasil as influências do Romantismo, chegando a considerá-lo como uma “patologia” que teria assolado o país e penetrado de forma avassaladora em suas entranhas. No entanto, desenvolveu sua tese centrando a análise no “meio” que, julgou ter sido muito favorável à projeção e desenvolvimento do ideário romântico, afirmando que: “O mal ia, porém, invadir o país de uma maneira mais intensa e mais estranha, o meio era-lhe propício” (PRADO, 1928, p. 163).

O Brasil, no século XIX, já estaria tomado por um sentimento que facilitava a penetração daquele “mal” característico do Romantismo: a tristeza. O brasileiro nessa ocasião já era uma “raça triste”.

A formação dessa tristeza seria a consequência de uma vida excessivamente “sensual”, que se teria estabelecido no país com a chegada dos primeiros colonizadores que, vindos de um ambiente já degenerado, corrompido pelo luxo e pela desmoralização dos costumes; de uma metrópole decadente que “perdia pouco a pouco a sua primitiva vitalidade”, contribuíram para a transformação do Brasil na “terra de todos os vícios e todos os crimes”.

No Brasil, a plena realização de todos aqueles excessos teria sido favorecida pelo clima, pela terra e pelas mulheres indígenas e africanas:

(...) Na terra virgem tudo incitava ao culto do vício sexual. Ao findar o século das descobertas o que sabemos do embrião da sociedade então existente é um testemunho dos desvarios da preocupação erótica. Desses excessos de vida sensual ficaram traços indelévels no caráter do brasileiro. Os fenômenos de esgotamento não se limitam às funções sensoriais e vegetativas; estendem-se até o domínio da inteligência e dos sentimentos. Produzem no organismo perturbações somáticas e físicas, acompanhadas de uma profunda fadiga, que facilmente toma aspectos patológicos (...) (PRADO, 1928, p. 121).

A visão do Brasil do início do século XIX das análises de Paulo Prado é marcadamente pessimista, pois, segundo ele, a sociedade desta época era “um corpo amorfo, de mera vida vegetativa, mantendo-se apenas pelos laços tênues da língua e do culto” (PRADO, 1928, p.148).

É, portanto, esse ambiente que se vira vulnerável à contaminação do Romantismo. A “infecção”, caracterizada por dois princípios patológicos, a hipertrofia da “imaginação” e a “exaltação da sensibilidade”, teria deformado “insidiosamente o organismo social, muitas vezes sob o disfarce de inteligências brilhantes em que a facilidade de apreensão e de expressão substitui a solidez do pensamento e do estudo” (PRADO, 1928, p.174).

Ao autor coube então o diagnóstico de que, no Brasil, “restou-nos o desequilíbrio que separa o lirismo romântico da positividade da vida moderna e das forças vivas e inteligentes que constituem a realidade social” (PRADO, 1928, p.177).

A crítica, ao enaltecer contundentemente a obra de Graciliano Ramos, vai, por sua vez, imprimindo a ele uma qualidade exemplar, tornando-o um mestre no que se refere à difícil tarefa da aquisição de nossa “positividade”, contrariando, portanto, a vocação que nos teria feito tão deformados: “(...) o romance social no mestre Graciliano é uma realização consciente, responsável. A memória não o leva aonde quer; pelo contrário, ele é que a conduz pacientemente, cortando retalhos necessários à confecção da história. Trabalho de gigante (...)” (ÁSFORA, 1952).

A exaltação do controle da razão em Graciliano o transforma em um ente de superioridade inquestionável no meio literário brasileiro. Tal situação pode, pois, explicar a infinidade de opiniões em torno de sua obra, principalmente até a década de 60, fundamentadas nesses preconceitos em relação ao autor.

O prosseguimento na análise dos escritos de outros autores, que ainda na primeira metade do século XX se detiveram em estabelecer o empecilho da vocação “afetiva” no Brasil, vai esclarecendo o quanto a crítica literária foi respondendo, através de Graciliano Ramos, àquela constatação, de forma a não abalá-la, mas, ao contrário, reafirmando-a.

Fernando de Azevedo afirmava, em 1943, que:

Entre os traços dominantes, um dos mais fortes, e considerado às vezes como a própria chave do caráter brasileiro, é o predomínio, na sua estrutura, do afetivo, do irracional e do místico que se infiltra por todo o ser espiritual, amolecendo-lhe ou exasperando-lhe a vontade, conforme os casos, e dando-lhe à inteligência um aspecto essencialmente carregado de imaginação (AZEVEDO, 1971, p.211).

O caráter emocional da inteligência brasileira é, segundo suas concepções, explícito: “...no brasileiro, a sensibilidade, a imaginação e a religiosidade têm uma tal intensidade e força que raramente a cultura consegue dissimulá-las...” (AZEVEDO, 1971, p. 212).

Após ter registrado a característica da afetividade na cultura brasileira³, vai concluindo que esta determinou uma má formação da inteligência do povo brasileiro, distanciando-o do trabalho da investigação:

A delicadeza e a força de sua sensibilidade se impediram que desembocasse para uma moral sem generosidade, para as artes sem apuro e para a literatura sem beleza e sem inspiração, contribuíram, com tudo o que tem de vivaz a inteligência, para afastá-lo das especulações filosóficas e das investigações científicas que exigem uma técnica severa e uma forte disciplina do pensamento (AZEVEDO, 1971, p. 220).

O predomínio da sensibilidade sobre a inteligência teria levado o brasileiro a uma enorme distância do “espírito positivo, da objetividade, da exatidão”, o que o teria tornado “tão facilmente impressionável e sujeito ao encanto da forma, ao aparato da linguagem e às pompas da erudição” (AZEVEDO, 1971, p. 221).

Mário Barata (1953), num artigo em que execrava a não-consciência dos artistas plásticos do sul do país em relação à realidade do mesmo, estabeleceu como modelo de arte a ser seguida a de Graciliano Ramos: “(...) legou aos artistas vivos de hoje essa lição de valor permanente do conteúdo unido à forma, contra a evasão egoísta dos que pregam a validade exclusiva de uma forma desprovida de conteúdo” (BARATA, 1953).

A literatura do autor torna-se, portanto, exemplar em meio à permanente fuga da realidade; sua objetividade, em detrimento de uma subjetividade egoísta, é o seu grande mérito.

A disciplina do pensamento referida por Fernando de Azevedo é ressaltada entre a crítica acerca do romancista: “Graciliano Ramos tem, (...) qualidades de poucos no Brasil. Tem uma simplicidade, uma disciplina, uma secura de fala que fazem o caráter meio exótico de sua fisionomia” (CAVALCANTI, 1934).

E Rui Mourão, em fins da década de 60, ainda reforçava essa tendência analítica:

³ Ao considerar que o “caráter coletivo” estaria sujeito a influências externas diversas, condiciona as análises do mesmo à pesquisa “dos hábitos e tendências mentais ‘suficientemente persistentes e suficientemente gerais’ num povo”.

(...)A língua, nas mãos do autor, é forçada a adquirir a contundência dos objetos corantes e a tensão em que ela se mantém é a do próprio pensamento a se policiar contra os riscos do entorpecimento. Entre a realidade e o artista tem lugar invariavelmente uma áspera convivência, que na verdade é mútua agressão (MOURÃO, 1968).

Torna-se interessante, aqui, questionar sobre um aspecto agressivo que envolveria a atividade literária exercida por Graciliano, correntemente evocada pela crítica.

Como afirma Mourão, o mérito do autor encontra-se de fato na luta contra o “entorpecimento”. A forma como Graciliano teria perseguido a realidade, a objetividade, sem se deixar levar pela fantasia, vem na crítica quase sempre associada a um sentimento de luta, de agressão.

É possível inferir que, na mesma proporção em que a crítica enobrece a figura de Graciliano Ramos, reforça uma dificuldade que só é vencida através de um duelo. E este duelo, fazem crer os discursos proferidos na primeira metade do século XX, associa-se à crença em uma suposta deficiência persistente na cultura brasileira: o apego aos aspectos mais “vagos” da existência.

Arthur Ramos (1942), assíduo estudioso da cultura negra e de sua inserção no Brasil a partir do processo colonizador, também detectou uma condição “defeituosa” na vida mental brasileira. Considerou que os defeitos seriam provenientes dos desajustes de um processo de aculturação inconcluso. A miscigenação cultural no Brasil, segundo sua visão, não teria alcançado um equilíbrio.

O autor apontou algumas causas “psico-sociais” desses defeitos, que convergem com as opiniões dos intelectuais vistas até aqui. Porém, ele atribuiu parte dessas causas à sobrevivência de elementos da cultura “primitiva” na vida mental brasileira. Refere-se a esta cultura, quando afirma que entre nós “a idéia é sacrificada à forma”: “No primitivo, o pensamento está ligado intimamente aos símbolos concretos. A palavra é um grande condensador de símbolos. E por isso vem carregada de elementos emocionais e motores” (RAMOS, 1942, p. 291).

O julgamento de Graciliano Ramos por Lêdo Ivo reflete o quanto a crítica literária, ao evocar a “luta” do autor para com a escrita, considerou-a uma atividade quase dramática, refletindo assim o desespero de uma mentalidade que pretende suplantar o caráter “primitivo” da cultura brasileira:

Tem ele cumprido, em toda a sua existência, um ritmo de inferno. Prosador admirável, a cristandade de seu estilo é o resultado de uma luta de sangue e fogo com o ato de escrever, do qual sai sem nenhuma alegria, como quem descansa de carregar pedras.(...).

(...) o que sai de suas narrativas domadas, onde os adjetivos e as paisagens mais amplas são expulsos como se fossem moscas importunas, são histórias incompletas (IVO, 1952).

A perseguição desesperada de uma escrita que fugisse ao apego à forma faz de Graciliano Ramos o depositário de uma verdadeira “maestria” do ofício literário. E, além disso, transforma-o em um vencedor no combate a uma vocação selvagem que permearia a cultura brasileira. Graciliano é, antes de tudo, um excelente domador.

Fazendo ainda dialogar as análises de Arthur Ramos com a crítica acerca da ficção de Graciliano, é possível perceber que ela fez exaltar uma qualidade do ficcionista no que tange à superação de uma suposta sobrevivência da cultura primitiva na sociedade brasileira.

Segundo Arthur Ramos (1942), essa reminiscência refere-se a um amor aos enfeites, aos adornos, símbolos de poder e dominação que participam do universo social. O brasileiro, em seu apego a esses elementos, não se importaria em adquirir uma “cultura superior”, dada a sua propensão em se fixar nos aspectos mais fúteis da vida social, faltando-lhe o “espírito universitário, justamente porque (...) nos falta aquele espírito de pesquisa, de objetividade, de imparcialidade, de julgamento”⁴ (RAMOS, 1942, p. 296).

Graciliano Ramos vem, portanto, responder a tais deficiências. Sua obra seria “uma obra meditada, sem quaisquer desleixos, trabalhada, com uma linguagem limpa, sem exageros de espécie alguma” (MIGUEL, 1952).

O ficcionista tendeu a ser consagrado como o escritor “verdadeiro” no meio crítico:

Graciliano Ramos, desde sua estréia, com **Caetés**, impôs-se à admiração dos que conhecem em literatura, o falso e o verdadeiro.

Em Graciliano (...) como em um escritor verdadeiro, a cultura estava presente, – tinha sido lentamente adquirida, lentamente elaborada, desdobrava-se em ampla frente, que vinha desde o conhecimento da língua ao conhecimento do homem, (...). Por isso, logo depois da estréia, apresenta-se como um escritor acabado, como um escritor clássico (SODRÉ, 1953).

A verdade de Graciliano Ramos estaria, sobretudo, na firmeza com que soube

⁴ Na perspectiva dele, o brasileiro estaria interessado unicamente na aquisição desses símbolos, como por exemplo, no que tange à esfera acadêmica, a preocupação recairia mais sobre a ostentação dos “diplomas” do que sobre a evolução científica.

perseguir a “cultura”. A objetividade o teria levado àquilo que era tão caro à cultura brasileira: o conhecimento.

O escritor alagoano, de fato, foi conquistando o estatuto de profundo conhecedor do homem brasileiro. A enorme insistência na visualização de um clássico em Graciliano ganha uma dimensão que gera um exame de sua obra que supera a avaliação puramente literária: “(...) Dominou o material com que criou a sua obra, soube transpor a realidade em que vive para o romance, com o equilíbrio e a severidade de um clássico (...)” (JURANDIR, 1947).

Quanto a essa capacidade de transposição da realidade, de forma meditada, responsável, consciente, cunhada pela crítica, é interessante evocar as reflexões de Sérgio Buarque de Holanda (1984) na década de 30. Ao reforçar a tese negativa sobre as consequências do Romantismo entre nós, propôs que o mesmo teria tornado possível, aqui, a criação de um “um mundo fora do mundo”. Tal aversão ao real, defende ele, teria se somado à herança legada pela cultura portuguesa; a “aversão a pensar a realidade complexa e difícil”. O espírito português teria se formado em concomitância com a “prudência em lugar da aventura”; “resguardo e comodidade” seriam características impregnadas nesse povo que teria guardado uma total “ausência de ambição para arquitetar o futuro”.

A “evasão da realidade” estaria associada ainda, a uma “cordialidade” que se manifesta em todas as instâncias da vida social brasileira.

As relações sociais no Brasil seriam pautadas por uma “ética de fundo emotivo” que demonstra uma enorme resistência às leis, ao ritualismo. O brasileiro, segundo Holanda, seria um acomodado em si mesmo, em seu individualismo. Aqui, o indivíduo preponderaria sobre o social:

Cada indivíduo, nesse caso, afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas, e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo.

Assim, só raramente nos aplicamos de corpo e alma a um objeto exterior a nós mesmos (HOLANDA, 1984, p. 113).

Portanto, a literatura romântica, aqui, não teria feito mais que provocar uma “superafetação na vida brasileira e um afastamento ainda maior em relação à realidade social”:

(...) o amor às letras não tardou em instituir um derivativo cômodo para o horror à nossa realidade cotidiana. Não reagiu contra ela (...).

Todo o nosso pensamento dessa época revela a mesma fragilidade, a mesma inconsistência íntima, a mesma indiferença, no fundo, ao conjunto social; qualquer pretexto estético serve-lhe de conteúdo (Holanda, 1984, p. 121).

O discurso em torno de Graciliano Ramos ganha proporções que levam a torná-lo símbolo de uma reação àquela comodidade estampada por Sérgio Buarque de Holanda.

Assim, o escritor vai sendo afastado da ficção. Graciliano, em seu “apego obsessivo à experiência, à percepção do seu mundo interior e do mundo que o cercava” (MOURÃO, 1968), passa a ser o paradigma para a elucidação de nossa realidade. A sua luta intermitente contra uma vocação que a todos atenta, no Brasil, teria garantido a ele o contato sem mediação com a realidade, o que o teria capacitado a trazer à tona “em corpo inteiro o retrato do homem brasileiro” (ÁSFORA, 1952).

O romancista não apenas estaria capacitado para retratar a realidade brasileira como, ao conferir enorme “relevo aos problemas do homem brasileiro” e se deixar absorver por ele e pela “complexidade do seu drama” (SOUZA, 1952), também estaria habilitado a retratar as realidades interiores desse homem.

Wilson Martins (1962) associou a marginalidade de Graciliano Ramos em relação à literatura de sua época à sua capacidade de realizar um “romance psicológico”, em oposição a um “romance sociológico dos anos 30”⁵, exemplificando, uma constante na crítica literária que tendeu a considerar a psicologia das personagens de Graciliano como a verdadeira psicologia do homem brasileiro em face de sua realidade social.

A propósito, muito se ressaltou que suas personagens: “(...) não são quaisquer garatujas de falsos romances, edificadas no ‘solo’ de uma imaginação sem correspondência com a realidade (...)” (MACEDO, 1952).

Daí, tais considerações terem levado a crer que o ficcionista, na sua difícil tarefa, tivesse conquistado a faculdade de libertar suas personagens de qualquer interferência subjetiva, já que seus tipos “falam à vontade, como querem” (JURANDIR, 1947).

Aurélio Buarque de Holanda, ao comentar o romance **Caetés**, referiu-se à capacidade do autor de fazer com que os personagens falassem por si mesmos: “(...) os personagens movimentam mais a obra, através de suas conversas, do que o próprio autor,

⁵ Da mesma forma, Assis Brasil (1969), ao distinguir a literatura de Graciliano, das dos demais romancistas do Nordeste, além de ressaltar a forma, o plano técnico da narrativa, a segurança em tratar com a língua, afirmou que o autor se destaca também “por mostrar os personagens, por dentro, trocando por isso, “a natureza paisagística pela natureza humana”.

que nunca fala por eles e se limita a algumas explicações, as mais das vezes tímidas” (HOLANDA, 1934).

O mérito foi sendo tecido em função da destreza com que Graciliano teria deixado vir à tona as verdades sobre “nossa realidade”, pois seus personagens “se locomovem por conta própria, agem como querem e se são secos e ruins é que assim os fez (sic) as condições de vida do trágico Nordeste” (AMADO, 1935).

Graciliano vai se tornando o receptáculo das “nossas” verdades, o “nosso” canal de comunicação com a realidade brasileira. Fonseca Pimentel o definiu como: “o tipo acabado do escritor objetivo (...), do autor que se omite para permitir que as suas personagens, inclusive a relatora, apareçam melhor” (PIMENTEL, 1958).

Agrippino Grieco, ao discutir uma possível inverossimilhança da personagem Paulo Honório em **São Bernardo**, tentou resolver a questão, atribuindo ao autor a qualidade de “civilizado” que permeia, veladamente, a maior parte dos discursos críticos a seu respeito:

Se às vezes o sr. Graciliano Ramos complica um sertão simplório é no interesse da obra de arte, que não poderia existir se ele se submetesse de todo ao rudimentarismo de almas da região.

Em geral, as personagens dos regionalistas brasileiros se esgarçam em sombras, o que é estranhável em país de tanto sol quanto o nosso. Não assim as do sr. Graciliano Ramos.

Honra-o também a sua tendência para o universal, o desejo de localizar os seus heróis miúdos numa atmosfera não meramente local, e sim de uma importância que transcenda das fronteiras do Estado, que seduzem as almas de outras latitudes.

Em suma, há um civilizado, um grande civilizado nesse sertanejo que trata de sertanejos (...) (GRIECO, 1934).

A sagacidade de Graciliano Ramos o teria levado, neste romance, a conquistar o âmago de suas personagens. Álvaro Lins, ao introduzir seu comentário acerca do romancista, afirmou que:

(...) o que transmite beleza aos seus romances não é o movimento exterior, mas a existência interior dos personagens. Os acontecimentos só têm significação pelos seus reflexos nas almas, nos caracteres, nos pensamentos. E esta é sem dúvida a forma superior da ficção, tanto mais estimável no Brasil quanto o nosso temperamento não se mostra muito propício ao que exige de concentração espiritual, den-

sidade psicológica e complexidade literária. Com **São Bernardo**, o sr. Graciliano Ramos apresentou a sua primeira obra de análise psicológica, de iluminação interior de personagens (...) (LINS, 1947).

É interessante notar que, somente após tecer tais elogios à obra, o crítico coloca em questão a verossimilhança de Paulo Honório:

O principal defeito de **São Bernardo** é a inverossimilhança de Paulo Honório como narrador, é o contraste entre o livro e seu imaginário de escritor (...). De certo modo, em todos os romances escritos na primeira pessoa, concede-se uma margem para a inverossimilhança. Contudo, em **São Bernardo** ela é excessiva e inaceitável. Uma novela de tanta densidade psicológica, elaborada com tantos requintes de arte literária, não suporta o artifício de ser apresentada como escrita por um personagem primário, nóstico, grosseiro, ordinário da espécie de Paulo Honório (LINS, 1947).

A análise que exalta a superioridade de Graciliano se faz em separado da outra que questiona os mecanismos da própria ficção, o que permite afirmar que a crítica desloca a análise do âmbito da ficção e adota uma perspectiva acima de tudo moral, pois a beleza da obra se justifica em função daquela luta empreendida por seu autor, que teria suplantado o superficial, o fluídico.

Graciliano passa a ser o tradutor dos verdadeiros sentimentos dos nossos homens, não importando que a própria forma da ficção não seja condizente com os sentimentos expostos. Essa constatação, inclusive, não deixou de permitir a Álvaro Lins julgar a ficção do autor como uma “forma superior de ficção”.

Portanto, a língua, em Graciliano, estaria cumprindo, conforme almejava Alberto Torres, a função de um verdadeiro “serviçal” na realização de “nossa” difícil obra civilizatória.

Referências

AMADO, Jorge. São Bernardo e a política literária. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, fev. 1935.

ÁSFORA, Permínio. Graciliano Ramos. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 23 out. 1952.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo: Ed. Melhoramentos / Ed. da USP, 1971.

- BARATA, Mário. Graciliano, as artes e o Nordeste. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 5 abril 1953.
- BRASIL, Assis. Graciliano Ramos. *Jornal de Letras*. Rio de Janeiro, abril/junho 1969.
- CAVALCANTI, Waldemar. O romance Caetés. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, dez. 1934.
- GRIECO, Agrippino. Um Romance. *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 dez. 1934.
- HOLANDA, Aurélio Buarque. Caetés. *Boletim de Ariel*. Rio de Janeiro, 5 fev. 1934.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- IVO, Lêdo. A luz no quarto. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1952.
- JURANDIR, Dalcídio. A lição de Graciliano Ramos. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 9 fev. 1947.
- _____. O patrão em São Bernardo. *Revista Acadêmica*, Rio de Janeiro, agosto 1935.
- LINS, Álvaro. Visão geral de um ficcionista. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 junho 1947.
- MACEDO, Sylvio de. O humaníssimo Graciliano Ramos. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 15 nov. 1952.
- MARTINS, Wilson. O velho Graça. *O Estado de São Paulo*, 2 de junho de 1962.
- MIGUEL, Salim. Nota sobre Graciliano Ramos. *Ler*, Lisboa, out. 1952.
- MOURÃO, Rui. Graciliano Ramos e o contexto social brasileiro. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 maio 1968.
- PIMENTEL, Fonseca. Graciliano Ramos e Machado de Assis. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1 de junho de 1958.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia Gráfico-Ed. Monteiro Lobato, 1928.
- RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1942.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Graciliano Ramos. *Correio Paulistano*, São Paulo, 9 jan. 1953.
- SOUZA, Coelho de. Graciliano Ramos. *O Jornal*, 2 nov. 1952.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.